

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,  
Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Mel 2 Energia Renovável S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva  
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A empresa Mel 2 Energia Renovável S.A. ("Mel 2" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE) cuja totalidade das ações pertence a empresa Força Eólica do Brasil, uma joint venture entre a Neoenenergia (50%) e a Iberdrola (50%). É proprietária do projeto eólico Mel 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel que está localizado no município de Areia Branca (RN).

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Mel 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 130 de 24/02/2011, expedida pelo Ministério de Minas de Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação da Portaria. Em 28 de julho de 2011, o Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica Contratos de Comercialização de

Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com vigência até 31 de dezembro de 2032. Mel 2 conta com a implantação de 10 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 20 MW e energia contratada de 9,8MW médios. Desde fevereiro de 2013, o Parque Eólico está em operação comercial e durante esse período gerou 9,2 MW méd, sendo despachado pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
Receita operacional bruta	-	13.593	-
Receita Operacional Líquida	-	12.334	-
EBITDA	-	9.818	-
Resultado do serviço	-	5.951	-
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	569	(3.234)	(668,4%)
Lucro Líquido	400	1.817	354,3%
Ativo Total	83.350	104.368	25,2%
Investimento	73.395	20.137	(72,6%)
Dívida Bruta	52.642	64.687	22,9%
Dívida Líquida 1	44.633	57.597	29,0%
Patrimônio Líquido	27.301	29.210	7,0%

Indicadores Econômico-Financeiros2	2012	2013	Δ %
Margem EBITDA	-	79,60%	79,60 p.p.
Margem Líquida	-	14,73%	14,73 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	-	5,866	-

1 Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos 2p.p. - pontos percentuais  
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	400	1.817	354,3%
Imposto de Renda e CSLL	169	900	432,5%
Receita Financeira	(579)	(522)	(9,8%)
Despesa Financeira	10	3.756	37460,0%
Amortização / Depreciação	-	3.867	-
EBITDA	-	9.818	-

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO

			Em milhares de reais				
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
<b>ATIVO</b>							
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.090	7.687				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.370	-				
Impostos e contribuições a recuperar	5	712	344				
Despesas pagas antecipadamente		6	-				
Outros ativos circulantes	7	-	-				
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>9.185</b>	<b>8.031</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Títulos e valores mobiliários	6	-	322				
Partes relacionadas	17	2.854	-				
Imobilizado	7	92.329	74.997				
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>95.183</b>	<b>75.319</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>104.368</b>	<b>83.350</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

						Em milhares de reais		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	lucros/prejuízos acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total do Patrimônio líquido		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	1	-	18	-	-	19		
Aumento de capital	26.978	-	-	-	-	26.978		
Lucro líquido do exercício	-	-	400	400	-	400		
Reserva legal	-	20	(20)	(20)	-	-		
Dividendos propostos	-	-	-	(379)	284	(95)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>26.979</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>284</b>	<b>27.302</b>		
Aumento de Capital	807	-	-	-	-	807		
Lucro líquido do exercício	-	-	1.817	1.817	-	1.817		
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	(284)	(284)		
Destinações:								
Reserva Legal	-	91	-	(91)	-	-		
Dividendos propostos	-	-	-	(1.727)	1.295	(432)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>27.786</b>	<b>111</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>1.295</b>	<b>29.210</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A empresa Mel 2 Energia Renovável S.A. ("Mel 2" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% FE Participações S.A., uma joint venture entre a Neoenenergia (50%) e a Iberdrola (50%). Mel 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Mel 2, produto do segundo Leilão de Fontes Alternativas da ANEEL, em 2010, está localizado no município de Areia Branca (RN).  
Conforme portaria nº 130, de 24 de fevereiro de 2011, o Ministério de Minas Energia, autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, com o prazo de 35 anos a partir da assinatura da referida portaria no dia 28 de fevereiro de 2011.  
A Companhia tinha como previsão o início da operação comercial em janeiro de 2013, porém a mesma iniciou a operação comercial em fevereiro de 2013, conforme Despacho da ANEEL n.º 379/2013. Para o período em que a usina esteve em atraso, foi necessário efetuar a compra do lastro para cumprimento do contrato do CCEAR (Cláusula 5.6).  
Mel 2 conta com a implantação de 10 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 20 MW e energia contratada de 9,3 MW médios.  
A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no encerramento do exercício, o qual será sanado através de integralizações de capital de acordo com as necessidades de caixa para o período.  
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

**2.1. Bases de apresentação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.  
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.  
Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para contingências.  
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.  
A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.  
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5. Instrumentos financeiros

**a) Ativos financeiros**  
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.  
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado  
Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.  
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.  
• Empréstimos e recebíveis  
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:  
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;  
• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso";

e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia referem-se substancialmente a empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.  
Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:  
• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.8. Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. As taxas estabelecidas pela Companhia foram reconhecidas com uma melhor estimativa de vida útil econômica estimada de cada componente limitada ao prazo de autorização. Durante a fase de construção foram acrescidos os custos de empréstimos ao ativo imobilizado, conforme CPC 20 e 27.

2.11. Empréstimos e financiamentos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

2.12. Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.13. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na Interpretação Técnica ICP 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendo, após destinação da reserva legal.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contido no balanço de caixa e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

**2.14. Provisões**  
Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.15 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.17. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:	Assunto
Norma CPC 18 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

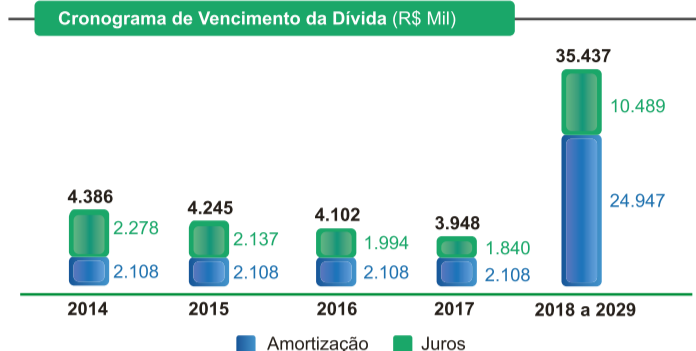
Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:	Assunto
Norma IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia realizou, em julho de 2012, captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES no valor de R\$ 65,3 milhões com prazo de 16 anos sendo 6 meses de carência para amortização do principal após a entrada em operação comercial, com juros pagos mensalmente e custo de TJLP + 2,18% a.a. Este recurso teve como finalidade a realização dos investimentos para a construção do parque eólico.  
Até dezembro de 2013, foi liberado o montante de R\$ 63,5 milhões e a dívida bruta consolidada da Companhia foi de R\$ 66,9 milhões.



5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

				Em milhares de reais			
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>							
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>							
<b>LUCRO BRUTO</b>							
Despesas gerais e administrativas							
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>							
Receitas financeiras							
Despesas financeiras							
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>							
Imposto de renda e contribuição social							
<b>Corrente</b>							
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>							
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$ Ordinária</b>							

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

				Em milhares de reais			
	Notas	2013	2012		Notas	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>							
Lucro líquido do exercício (antes dos impostos)							
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO							
Aplicação (Resgate) de títulos e valores mobiliários							
Depreciação e amortização							
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais							
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas							
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>							
Contas a receber de clientes e outros							
IR e CSLL a recuperar							
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL							
Despesas pagas antecipadamente							



A movimentação do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	-	-	-	1.600	1.600	1.600
Adições	-	-	-	73.397	73.397	73.397
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	-	-	-	74.997	74.997	74.997
Adições	-	-	-	21.199	21.199	21.199
Depreciação	-	(3.867)	(3.867)	-	-	(3.867)
Transferências	96.196	-	96.196	(96.196)	(96.196)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	96.196	(3.867)	92.329	-	-	92.329

### 8 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Fornecedores</b>	31/12/13	31/12/12
Materiais e serviços	6.902	2.399
Terceiros	6.902	2.399
<b>Total</b>	6.902	2.399
Circulante	6.902	2.399

O grupo de materiais e serviços é composto principalmente por fornecedores de itens relacionados a investimento.

### 9 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 3 de julho de 2012 e Aditivo nº 1 ao contrato, assinado em 23 de agosto de 2012, destinado à implantação da Central Geradora Eólica Mel 2 na localidade de Areia Branca/RN, com capacidade instalada de 30 MW e com 15 Aerogeradores G87 fornecidos pela empresa Gamesa Eólica do Brasil, cujas condições contratuais são as seguintes:

Composição da dívida	Taxa efetiva	Encargos Circulante	Circulante	Principal Não circulante		Total
				31/12/13	31/12/12	
Moeda nacional						
BNDES						
(-) Custos de transação	TJLP+					
	2,18% a.a.	190	4.216	62.543	66.949	52.642
		190	4.216	62.543	66.949	52.642
		190	4.216	62.543	66.949	52.642
Total moeda nacional						
(-) Garantias depósitos vinculados				(2.262)	(2.262)	-
<b>Total</b>		190	4.216	60.281	64.687	52.642

A captação junto ao BNDES foi realizada em moeda nacional, com a taxa de juros de TJLP + 2,18% a.a., prazo total de 17 anos, pagamento de juros e amortizações mensais com início para 15 de novembro de 2013. A operação tem garantia da Neoenergia, prestada sob a forma de fiança e aval, conta reserva da dívida e conta reserva de operação e manutenção. No ano de 2013 foram liberados recursos no montante de R\$ 11.500, totalizando até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 63.520. Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	31/12/12
Dívida	31/12/13	31/12/12
Total líquido	4.216	3.251
	4.216	3.251
	4.216	3.251
	4.216	3.251
Após 2018	45.679	38.475
<b>Total obrigações</b>	62.543	51.479
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-
<b>Total</b>	60.281	51.479

	31/12/13	31/12/12
2015	4.216	3.251
2016	4.216	3.251
2017	4.216	3.251
2018	4.216	3.251
Após 2018	45.679	38.475
<b>Total obrigações</b>	62.543	51.479
(-) Garantias depósitos vinculados	-	-
<b>Total</b>	60.281	51.479

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional	Total
Passivo circulante	60.281	51.479
Não circulante	-	-
<b>Total</b>	60.281	51.479

### Saldos em 01 de janeiro de 2012

Ingressos	68	51.953	52.021
Encargos	621	-	621
Transferências	474	(474)	-

### Saldos em 31 de dezembro de 2012

Ingressos	-	11.474	11.474
Encargos	4.308	-	4.308
Transferências	410	(410)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.475)	-	(1.475)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(2.262)	(2.262)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	4.406	60.281	64.687

### Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: BNDES FINEM - Geração de Caixa/Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.

Nas informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foram dadas garantias de receita própria, aval/fiança da Neoenergia.

### 10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	774	113
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	295	51
Programa de Integração Social - PIS	(b)	12	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	66	-
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		198	219
Imposto Sobre Serviços - ISS		100	123
Impostos e contribuições retidos na fonte		48	-
Outros		-	4
<b>Total</b>		1.493	510

(a) IRPJ e CSLL apurados com base no Lucro Real referentes ao ano calendário 2013.  
(b) PIS e COFINS a pagar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

### 11 Dividendos

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está como segue:

	31/12/13	31/12/12
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</b>		
Ações ordinárias	27.786	26.979
<b>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</b>		
Lucro líquido do exercício	1.817	400
Absorção de prejuízo acumulado	-	(1)
Constituição da reserva legal	(91)	(2)
Base de cálculo do dividendo (25%)	1.726	379
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	432	95

A informação dos saldos em 31/12/13 é como segue:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2012</b>	-
Dividendos obrigatórios 2012	95
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	95
Dividendos adicionais 2013	284
Dividendos obrigatórios 2013	432
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	811

### 12 Provisões

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências civis	Desmantelamento	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	4	-	4
Constituição	36	1.105	1.141
Atualização	-	69	69
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	40	1.174	1.214

A Administração da Companhia, subsidiada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**Desmantelamento**  
Refere-se ao custo de desmantelamento do parque eólico Mel 2. Os cálculos são feitos com base em perspectiva do custo total de desmontagem do parque, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideração à quantidade de MW total implantada no empreendimento, tendo como contrapartida o grupo do imobilizado.

**Resolução CNPE nº 03/2013**  
As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações ao qual participam, autorizam ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, dentre outras disposições, uma nova forma rateio dos custos de despacho térmico adicional, para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Estes custos incorporam o chamado Encargo de Serviço do Sistema - ESS.  
Entre maio de 2013 e junho de 2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representadas dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos Artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações.

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que condiz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira. Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e das controladas classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constituiu provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 36.

### 13 Patrimônio Líquido

#### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 27.786 divididos em 27.786 ações ordinárias, todas nominativas, escrituras e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em julho de 2013, foi aprovado e integralizado o aumento de capital em R\$ 830 realizado através de incorporações de bens.

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionista	Lote de mil ações	
	Única	%
FE Participações S.A.	27.786	100,00
<b>Total</b>	27.786	100,00

Acionista	Ações Ordinárias	
	Única	%
FE Participações S.A.	27.786	100,00
<b>Total</b>	27.786	100,00

#### Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### 14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Fornecimento de energia	(a)	12.321	-
Receita de geração		12.321	-
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		1.272	-
<b>Total receita bruta</b>		13.593	-
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(1.259)	-
<b>Total receita operacional líquida</b>		12.334	-

(a) Fornecimento de Energia.

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Suprimento	14	-	81.468	-	12.321	-
<b>Total</b>	14	-	81.468	-	12.321	-

(\*) Não auditado

(b) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(226)	-
COFINS	(1.033)	-
<b>Total</b>	(1.259)	-

### 15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13		31/12/12	
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(2)	-	(2)	-
Serviços de terceiros	(340)	(74)	(414)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(1.430)	-	(1.430)	-
Encargos de uso de rede	(375)	-	(375)	-
Depreciação e amortização	(3.867)	-	(3.867)	-
Arrendamentos e alugueis	(194)	(1)	(195)	-
Tributos	(20)	-	(20)	-
Outros	(80)	-	(80)	-
<b>Total custos/despesas</b>	(6.308)	(75)	(6.383)	-

### 16 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.717	2.717	569	569
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	679	245	142	51
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(-) Exclusões	(23)	(1)	(24)	-
Outras exclusões	(23)	(1)	(24)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	656	244	118	51
Corrente				
Recolhidos e pagos	121	97	36	42
A pagar	352	84	-	9
Compensados e deduzidos	183	63	114	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(32)	-
<b>Total</b>	656	244	118	51

### 17 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de operação	31/12/13		31/12/12	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COELBA	(a)	Energia fornecida	63	712	-	-
			63	712	-	-
CELPE	(a)	Energia fornecida	11	119	-	-
			11	119	-	-
COSEB		Energia fornecida	-	(383)	-	-
			-	(383)	-	-
NC ENERGIA	(b)	Energia comprada	-	(1.564)	-	-
			-	(1.564)	-	-
FE PARTICIPAÇÕES		Dividendos	-	811	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	95	-
		Contrato de mútuo	-	-	-	(514)
		Outros	2.854	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Reembolso de despesa	2.854	811	-	95
			-	-	308	-
NEOENERGIA S.A.		Contrato de mútuo	-	-	-	(193)
			-	-	-	(182)

(a) Celpe e Coelba - Contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, vigência até dezembro de 2032, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.  
(b) NC Energia - Compra de energia para recomposição de Lastro Físico da Companhia. Venda de energia elétrica.

### 18 Gestão do Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

#### Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

#### Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.